

Toques&Dados

informativo do sindados-mg
agosto 2016



prodemge
Edição Especial

Segunda reunião de mediação na SRT: INDIGNAÇÃO

Conforme informamos no último boletim, o SINDADOS solicitou reunião de mediação junto a Superintendência Regional do Trabalho- SRT/ MG, uma vez que denúncias e reivindicações feitas pelo sindicato à empresa sequer foram respondidas. A primeira reunião aconteceu no dia 11 de Junho e a mediadora do Ministério do Trabalho acolheu a reivindicação do sindicato. Os representantes da empresa solicitaram prazo para levar a demanda para avaliação de diretoria, comprometendo em trazer a resposta em reunião a ser realizada no dia 07 de Julho. No intervalo entre as reuniões, por causa de uma interferência do gerente da G O P junto a os trabalhadores, atropelando a promessa de diálogo e busca de solução salutar e ponderada dos problemas no local de trabalho, os representantes do sindicato buscaram diálogo com a diretora administrativa e esta de prontidão interveio, foi pessoalmente ao setor e prometeu que não haveria deslocamento dos trabalhadores para um galpão localizado no bairro Taquaril. O SINDADOS se posicionou contrariamente a

essa mudança, visto que por ser distante, de difícil acesso, por problemas com transporte público, risco em relação a segurança, principalmente por causa dos diversos turnos existentes no setor.

No dia 07 de Julho, para absoluta perplexidade e indignação das diretoras e do advogado do SINDADOS, a primeira frase dos representantes da empresa foi: “Os trabalhadores provavelmente serão transferidos para um local no bairro da Baleia (que é como eles se referem ao galpão localizado no bairro Taquaril)”.

Criou-se um clima de desapontamento e constrangimento imediatamente. Como podia, poucos dias após a diretora ter dado sua palavra aos trabalhadores e mudarem de posição, sem nenhuma consideração? Sem nenhum cuidado com os trabalhadores?

Iniciou-se grande debate, com relato à mediadora de tudo que havia ocorrido. A empresa por seu lado, afirmou que na reunião anterior havia se referido à possibilidade da transferência para o Taquaril, porque está em pauta Projeto de Lei na Assembleia para

que a PRODEMGE assumia o parque gráfico de impressão da Imprensa Oficial, informação essa que foi categoricamente desmentida pela própria mediadora. O sindicato por sua vez denunciou o absurdo da proposta, de querer piorar ainda mais a situação dos trabalhadores e a atitude anti-sindical por parte da empresa, por querer “punir” os trabalhadores, que procuraram a entidade em defesa de seus direitos e em busca de proteção.

Sobre a situação da GOP, após extensa e acalorada discussão, a mediadora solicitou que as partes ponderassem a situação e que tentassem mais uma vez chegar num acordo.

A respeito do pagamento imediato da progressão por tempo de serviço aos trabalhadores que não a receberam em 2015, mediante critério de falta injustificada, a empresa manifestou-se pelo não pagamento, justificando que seu PCCS foi homologado pelo próprio Ministério do Trabalho, portanto com entendimento que estaria agindo de forma correta. O sindicato manifestou que iria solicitar a versão mais atualizada do plano, para

confirmar a informação e dessa forma, ajuizar processo em busca do direito dos trabalhadores, que, no entendimento do sindicato, a legislação garante a eles este direito.

O último ponto pendente era o pagamento do valor da apólice, que seria direito da família do trabalhador Carlos Henrique Conceição dos Santos, conhecido por todos os colegas como Carlão, que faleceu em Março, mas não estava coberto pelo seguro de vida já que a empresa estava descumprindo o ACT assinado com o sindicato e a Comissão de Trabalhadores, em Setembro de 2015. A empresa manifestou que o assunto ainda estava pendente de resolução por parte da diretoria, mas com provável decisão favorável ao pagamento.

Diante dos impasses, visando buscar o entendimento, a mediadora da SRT sugeriu uma reunião entre as partes, que ficou marcada para o dia 20 de Julho na Prodemge, e uma última rodada de mediação para o dia 11 de Agosto na própria SRT.



Reunião na empresa: DO BOM SENSO À DECEPÇÃO

No dia 20 de Julho foi realizada uma reunião na Rua da Bahia com os representantes da empresa, porém mais uma vez sem a presença de nenhum diretor, como de praxe.

O retorno que foi dado sobre a GOP é de que havia ocorrido uma mudança na direção do setor e que uma reestruturação de pessoal estava em curso. A representação da empresa se posicionou afirmando que os trabalhadores não seriam transferidos para o bairro Taquaril, mas que, devido à reestruturação da empresa, que deverá assumir o parque gráfico da Imprensa Oficial, há possibilidade futura de transferência dos trabalhadores para um prédio quase em frente ao da Rua da Bahia, esquina dessa com rua

Antônio Aleixo ou para as instalações atuais dela, na Avenida Augusto de Lima com Rua Espírito Santo, no Centro. Porém como ainda é incerto esse prazo, haverá adequação do local de trabalho atual e com a reestruturação organizacional do setor, terá mais espaço e condições para que sejam feitas as melhorias, visando a saúde e segurança do trabalhador. O sindicato pautou novamente os problemas existentes. O compromisso assumido pela empresa é de que na próxima reunião na SRT será apresentado um cronograma da reforma e que o sindicato irá acompanhar todo esse processo, juntamente com os trabalhadores, que sabem exatamente quais são as melhorias necessárias.

A empresa entregou ao sindicato uma cópia da última versão do PCCS registrado no Ministério do Trabalho e reafirmou a decisão de não pagar o direito dos trabalhadores, por entender que não está agindo de forma incorreta. O sindicato de sua parte afirmou que vai ajuizar a ação, em busca de reparação.

Mas a decepção ainda estava por vir. O ponto que o sindicato já tomava como certo, foi negado. Foi comunicado que a diretoria havia decidido pelo não pagamento do valor da apólice do seguro de vida à família do colega Carlão. Instalou-se um clima de absoluto constrangimento e indignação na reunião. Segundo os advogados da empresa, a diretoria havia

tomado essa decisão por precaução, sob justificativa de “segurança jurídica”.

Por causa de um descumprimento de obrigação (descumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho) pela empresa, a mesma vai descumprir sua obrigação! Por medo de seus gestores serem questionados em relação ao pagamento, os gestores da empresa decidiram não pagar à família de Carlão o que é seu direito e enfrentar processo judicial que será movido pelo sindicato em sua defesa.

Se é mais um processo judicial que a direção da Prodemge quer enfrentar, só temos a lamentar.

Diálogo sem ação: MAIS DO MESMO

Apesar de se dizer aberta ao diálogo, a direção da Prodemge nega insistentemente em reconhecer o direito dos trabalhadores e tem deixado ao sindicato a alternativa de buscar justiça.

Lamentamos esse comportamento da direção que se constituiu por um grupo que se dizia defensor dos trabalhadores.

No princípio do mandato tivemos algumas evoluções, mas essas pararam e até regrediram. Essa diretoria está conseguindo ser comparada, por muitos, à gestão anterior. Os trabalhadores tinham uma expectativa muito grande com essa nova gestão e vêm se confrontando a cada dia mais com a realidade de que na essência muita coisa não vai mudar. De que adianta ter

o discurso de diálogo, sem não passa de uma farsa?

A lei continua sendo descumprida, o abuso de poder e assédio moral continuam corriqueiros.

Do que adianta dar palestras para gestores sobre assédio moral, se não fiscaliza e não escuta os trabalhadores para saber como está sendo conduzida a questão no dia-a-dia? O assédio está por toda parte na empresa. Alguns chefes até “aprenderam” como driblar a caracterização do assédio e buscam “alternativas”, e continuam a ameaçar, a pressionar os trabalhadores.

De que adianta criar uma gerência de benefícios (que ao que parece, já deixou de ser gerência), alegar ter a intenção de instalar programas de estudo e atenção à saúde do

trabalhador, quando sequer cumpre suas obrigações legais e dessa forma gera descontentamento e desânimo?

A sensação que dá é de que a diretoria precisa conhecer a empresa, não só os processos de trabalho, mas os trabalhadores. Precisa escutar, não no sentido vago da palavra, mas acolher opiniões. O trabalho é uma parte importante da vida de cada pessoa, é um dos seus pilares. Afeta sua vida pessoal e vice-versa.

Cada dia recebemos uma queixa nova de trabalhadores absolutamente desmotivados, humilhados e cansados do tratamento que recebem, mas que esbarram quase sempre no medo em denunciar seu algoz, na dificuldade de comprovar a perseguição sofrida, tanto em

relação a problemas de condições de trabalho, como em outros.

Quando é possível tratar o problema coletivamente, o SINDADOS é presente e atuante, mas também esbarramos em muitos problemas. Temos como prova disso dois casos claros: a conduta que existiu na GOP, em desmerecer o sindicato e seus diretores, de ameaças aos trabalhadores, mesmo em tratamento do problema com o Ministério do Trabalho. A última foi obrigar os trabalhadores da GOP a comparecerem à empresa, quando o Governador decretou meio expediente, sem pagamento de hora-extra.

O gerente anterior foi substituído, os problemas continuam. Aí perguntamos: qual o problema da direção da empresa com a GOP?

Outro caso foi a retirada da hora ficta dos trabalhadores, que logo após ganho de causa em ação judicial foi cortada, sob justificativa de permissão da Lei, mas principalmente sob justificativa de corte de gastos. Os trabalhadores e o sindicato, que não são nada ingênuos, perguntam: corte de gastos com a folha inchada de recrutamento amplo? Corte de gastos com assessores de altos salários? É só dar uma rápida analisada no novo organograma e ver a quantidade de setores, associando a isso as chefias e cargos.

Então fica aquela máxima conhecida por muitos:



O ápice da decepção com essa direção foi a negativa do pagamento do seguro de vida à família do colega Carlão, que tem o direito de receber este seguro, pois trata-se de benefício previsto no Acordo Coletivo que a empresa está descumprindo.

Diante desse comportamento recorrente da empresa, ao SINDADOS-MG não tem restado outra alternativa senão a de ajuizar toda e qualquer ação decorrente de comprovação de descumprimento de lei ou CCT/ACT apurado, seja por denúncia dos trabalhadores, seja por fiscalização do sindicato. Se no caminho do diálogo não estamos prosperando temos de buscar a solução dos problemas.

Ficar parado é que o sindicato não ficará.

O desrespeito não tem fim

No último dia 04/08 um representante do SINDADOS foi protocolar na Rua da Bahia uma Notificação Extra-Judicial, com o objetivo de preservar direitos e prevenir responsabilidades, em decorrência de denúncia de que a empresa estaria obrigando os trabalhadores de alguns setores como a GOP e a GAT a trabalhar nos

dias em que o Governador decretou meio-expediente, sem sequer considerar o pagamento de hora-extra, pois conforme esclarecido por algumas chefias e pelo próprio RH, isso só ocorreria em dias considerados como ponto facultativo.

Como se não bastasse os problemas constantes na empresa, o SINDADOS se

viu numa situação de absoluto descaso e desrespeito: não conseguiu sequer protocolar a Notificação.

Ao chegar na portaria da Rua da Bahia, teve grande dificuldade de entrar na empresa e quando entrou, teve de ficar esperando muito tempo para ser atendido. Por fim, mandaram um rapaz da

ASSPROM receber a Notificação

E fica a pergunta: que amorismo é este?

A empresa não possui sequer um setor de protocolo ou agiu mais uma vez de má fé? É inadmissível essa conduta desrespeitosa da empresa com os representantes dos trabalhadores.

Novas Ações Judiciais

• Descumprimento do Banco de Horas

O SINDADOS ajuizou uma Ação de Cumprimento contra a PRODEMGE - Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais no dia 22/07/2016, cuja Audiência Inicial ocorrerá no próximo dia 10/08/2016, às 08h30min, na 27ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte.

Nesta Ação o sindicato está cobrando o cumprimento de sua Convenção Coletiva de Trabalho para todos os empregados

da empresa e o pagamento dos valores devidos em razão da não aplicação da cláusula do Banco de Horas, relativamente aos últimos cinco anos.

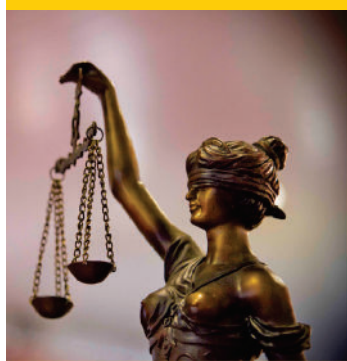
- Como ocorre com todas as ações judiciais, não é possível prever o tempo de sua conclusão, em razão dos inúmeros recursos que se encontram à disposição das partes na legislação processual vigente e da própria morosidade da Justiça.

• Descumprimento do PCCS

ATENÇÃO!!!

Conforme informado nesse boletim, o SINDADOS irá ajuizar ação em nome dos trabalhadores que não receberam grau, devido à progressão por antiguidade, em 2015. Se você é um desses, procure o sindicato urgentemente.

Envie seu nome para o e-mail: fatima@sindados-mg.org.br



Empresa pode ser melhor!

Ao contrário do que muitos pensam - principalmente os patrões - o sindicato não é fábrica de processos, é espaço de proteção e defesa do trabalhador. Seu papel não deve ser o de protagonista em tribunais, mas sim de acolher para negociar, de intermediar o diálogo entre o trabalhador e empresa e solucionar os

problemas.

O SINDADOS, como guardião do direito, da saúde e segurança dos trabalhadores, reafirma seu compromisso como seu representante legal e faz um apelo à atual diretoria da empresa para que resolva as pendências, problemas e principalmente, corrija as

injustiças que hoje existem na empresa, mude a postura no tratamento aos trabalhadores.

A PRODEMGE vem de um longo processo de desvalorização dos seus trabalhadores, de uma política de favorecimentos isolados, ameaças e perseguições, que a atual

gestão não conseguiu extinguir.

Os trabalhadores e o sindicato reivindicam mais valorização, reconhecimento profissional e salarial e lutam mais ainda por justiça e igualdade.

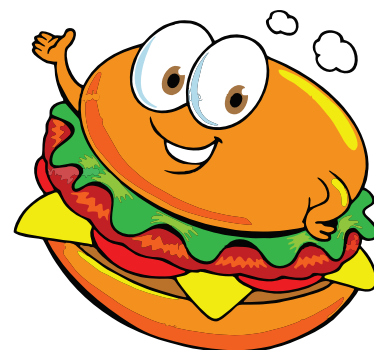
Lanche Informativo

O Sindicato estará presente na PRODEMGE para um encontro de atualização dos últimos acontecimentos, inclusive da próxima reunião na SRT.

Compareça para batermos um papo, o sindicato vai falar, mas quer ouvir o que os trabalhadores tem a dizer.

CAMG: dia 19/08, às 10h

Rua da Bahia: dia 19/08, às 15:30h



Campanha Salarial 2016

Neste ano, numa situação de grave crise econômica, onde os patrões e o governo acham que os trabalhadores é que devem pagar pela crise, vamos iniciar nossa campanha salarial de Setembro.

Esta campanha é dos trabalhadores em empresas privadas e dos trabalhadores da PRODEMGE, que é a empresa de processamento de dados do governo estadual.

A Assembleia Geral, de aprovação da Pauta de Reivindicação e outros encaminhamentos da Campanha Salarial, será dia 17 de agosto, às 18:30h, na sede do SINDADOS/MG, Rua David Campista, 150, bairro Floresta, Belo Horizonte.

